



**LAESER**

Laboratório de Análises Econômicas, Históricas,  
Sociais e Estatísticas das Relações Raciais

# TEMPO EM CURSO



Publicação eletrônica mensal sobre as desigualdades  
de cor ou raça e gênero no mercado de trabalho  
metropolitano brasileiro

**Ano IV; Vol. 4; nº 8, Agosto, 2012**

(Ações Afirmativas no Ensino Superior Brasileiro: parte II)

**ISSN 2177-3955**

## Sumário

1. Apresentação
  2. Assistência estudantil e ações afirmativas nas Instituições de Ensino Superior (IES)
  3. Rendimento habitual médio do trabalho principal em cinco Regiões Metropolitanas brasileiras
  4. Taxa de desemprego aberto em cinco Regiões Metropolitanas brasileiras
- Anexo. Síntese estatística: indicadores representativos sobre desigualdades de cor ou raça no mercado de trabalho brasileiro

### 1. Apresentação

Com o presente número, chegou-se a 34ª edição do boletim eletrônico “Tempo em Curso”. Os indicadores desta publicação se baseiam nos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu portal ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)) e tabulados pelo **LAESER** no banco de dados “Tempo em Curso”.

O tema especial do boletim deste mês é a segunda e última parte de um estudo iniciado na edição de julho, sobre as ações afirmativas nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Na publicação de agosto, trata-se da assistência estudantil prestada a discentes cotistas e não cotistas.

Habitualmente, o “Tempo em Curso” se dedica à análise da evolução do rendimento médio habitual do trabalho principal e da taxa de desemprego nas seis maiores Regiões Metropolitanas (RMs) brasileiras cobertas pela PME. Da mais ao Norte para a mais ao Sul, estas são as seguintes: Recife (PE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS).

Contudo, na presente edição, não foi possível dar prosseguimento às usuais séries de rendimento médio e de taxa de desemprego para o conjunto das seis maiores RMs. A análise dessas evoluções foi inviabilizada por conta da paralisação dos servidores do IBGE. Segundo nota oficial do Instituto, divulgada dia 26 de julho de 2012 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)):

*“Os dados da Pesquisa a serem divulgados referem-se ao mês de junho de 2012 e, **excepcionalmente, não estão disponibilizados os dados da Região***

***Metropolitana do Rio de Janeiro.** A coleta dos dados desta região foi preservada, mas não foi possível proceder às etapas de apuração, crítica e análise para a divulgação completa na data prevista no calendário de divulgação, devido à paralisação dos servidores do IBGE. Assim sendo, nesta divulgação, estão disponibilizados apenas os dados completos das regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre”.*

A principal dificuldade advinda da ausência dos dados de uma das RMs é a impossibilidade estatística de se construir uma média que seja representativa para o conjunto das seis maiores regiões. Vale lembrar que, desde a edição de março de 2012, o “Tempo em Curso” possui um anexo estatístico, no qual constam 23 tabelas, todas baseadas na PME do IBGE. Destas tabelas, 19 apresentam indicadores que são construídos justamente para o conjunto das seis RMs.

Dessa forma, em respeito aos leitores, e visando não romper com a periodicidade de sua publicação, o **LAESER** decidiu dar prosseguimento a análise aqui desenvolvida utilizando os dados das cinco RMs disponibilizadas pelo IBGE (Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre), respeitando as limitações que a falta das informações acerca da RM do Rio de Janeiro provocam.

O anexo estatístico desta edição, portanto, conta com quatro tabelas, que representam os dois indicadores usualmente apresentados no “Tempo em Curso” – rendimento médio habitual e taxa de desemprego, porém desagregados pelas cinco RMs disponibilizadas. Também são tecidos comentários no texto acerca destes dois indicadores.

Ressalta-se que, tão logo o IBGE retome a integralidade da divulgação dos dados da PME, a sinopse estatística do boletim “Tempo em Curso” e a própria estrutura de análise de indicadores também voltará a seu formato habitual.

### 2. Assistência estudantil e ações afirmativas nas Instituições de Ensino Superior (IES) (tabelas 1 e 2)

#### 2.a. Assistência estudantil para alunos ingressantes

No ano de 2010, de acordo com os microdados do

**Tabela 1. Ingressantes em cursos de graduação presencial de Instituições de Educação Superior (IES) públicas através de processo seletivo, por meio de reserva de vaga ou não e de acordo com características selecionadas, Brasil, 2010**

	Cotistas					Não Cotistas				
	Em número absoluto			Em %		Em número absoluto			Em %	
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Sim	Não	Total	Sim	Não
Recebe algum tipo de apoio social	8.134	36.264	44.398	18,3%	81,7%	34.221	329.943	364.164	9,4%	90,6%
O tipo de apoio social é de alimentação	4.518	39.880	44.398	10,2%	89,8%	25.244	338.920	364.164	6,9%	93,1%
O tipo de apoio social é de bolsa permanência	2.701	41.697	44.398	6,1%	93,9%	3.472	360.692	364.164	1,0%	99,0%
O tipo de apoio social é de bolsa trabalho	717	43.681	44.398	1,6%	98,4%	2.695	361.469	364.164	0,7%	99,3%
O tipo de apoio social é de material didático	31	44.367	44.398	0,1%	99,9%	1.008	363.156	364.164	0,3%	99,7%
O tipo de apoio social é de moradia	1.524	42.874	44.398	3,4%	96,6%	3.680	360.484	364.164	1,0%	99,0%
O tipo de apoio social é de transporte	406	43.992	44.398	0,9%	99,1%	15.993	348.171	364.164	4,4%	95,6%
Recebe bolsa/remuneração pela atividade de formação complementar de estágio não obrigatório	266	44.132	44.398	0,6%	99,4%	1.631	362.533	364.164	0,4%	99,6%
Recebe bolsa/remuneração pela atividade de formação complementar de extensão	241	44.157	44.398	0,5%	99,5%	1.974	362.190	364.164	0,5%	99,5%
Recebe bolsa/remuneração pela atividade de formação complementar de monitoria	90	44.308	44.398	0,2%	99,8%	1.307	362.857	364.164	0,4%	99,6%
Recebe bolsa/remuneração pela atividade de formação complementar de pesquisa	483	43.915	44.398	1,1%	98,9%	2.269	361.895	364.164	0,6%	99,4%

Fonte: INEP, microdados do Censo da Educação Superior 2010

Tabulações: LAESER

Nota: Foram computados apenas os ingressantes que entraram em 2010 em cursos de graduação presencial mediante processo seletivo

Censo da Educação Superior, divulgado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), do total de 408.562 novos discentes naquele ano para o Brasil, 44.398 (10,9%) eram cotistas, isto é, haviam entrado nas IES por meio de algum sistema de reserva de vagas<sup>1</sup>. Do total de cotistas, somente 8.134 (18,3%) recebiam algum tipo de assistência estudantil. Dentre os não cotistas, o percentual relativo dos ingressantes que recebiam apoio social era ainda menor: 9,4% (34.221).

A modalidade de apoio social com maior número de registros para aquele ano foi a alimentação: 10,2% (4.518) dos ingressantes por meio de reserva de vagas possuíam assistência nesse sentido. No grupo dos não cotistas, este percentual era de 6,9% (25.244 ingressantes). A bolsa permanência aparecia em 2010 como o segundo tipo de apoio social mais frequente entre os cotistas, sendo acessada por 6,1% deles (2.701 ingressantes). Já dentre os não cotistas, tal benefício era disfrutado por apenas 1,0% dos alunos (3.472 pessoas).

Em 2010, a moradia aparecia como o terceiro apoio social mais frequentemente acessado pelos ingressantes por meio de reserva de vagas: 3,4% (1.524 ingressantes) destes o utilizavam. Já no grupo de ingressantes não cotistas, somente 1,0% (3.680 ingressantes) contavam com auxílio para moradia.

É interessante destacar que, para a modalidade de auxílio transporte, em 2010, havia uma maior proporção de novos discentes não cotistas que a acessavam em comparação com o percentual de cotistas: 4,4% (15.993 ingressantes) dos não cotistas recebiam apoio social para transporte, enquanto apenas 0,9% (406 ingressantes) dos discentes por reserva de vagas possuíam equivalente benefício.

A bolsa trabalho era recebida por apenas 1,6% (717 ingressantes) dos cotistas e 0,7% (2.595 ingressantes) dos não cotistas, bem como remunerações por atividades de pesquisa alcançavam apenas 1,1% (483 ingressantes) dos novos discentes cotistas e 0,6% (2.269 ingressantes) dos não cotistas.

<sup>1</sup> Conforme apresentado no Tempo em Curso do mês de julho, o critério para reserva de vaga pode ser para alunos provenientes de escolas públicas, étnico, por renda familiar, deficiência física ou ainda outros.

**Tabela 2. Alunos de cursos de graduação presencial de Instituições de Educação Superior (IES) públicas matriculados, ingressos por meio de reserva de vaga ou não e de acordo com características selecionadas, Brasil, 2010**

	Cotistas					Não Cotistas				
	Em número absoluto			Em %		Em número absoluto			Em %	
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Sim	Não	Total	Sim	Não
Recebe algum tipo de apoio social	23.824	82.031	105.855	22,5%	77,5%	151.868	1.203.973	1.355.841	11,2%	88,8%
O tipo de apoio social é de alimentação	10.808	95.047	105.855	10,2%	89,8%	115.029	1.240.812	1.355.841	8,5%	91,5%
O tipo de apoio social é de bolsa permanência	10.568	95.287	105.855	10,0%	90,0%	12.741	1.343.100	1.355.841	0,9%	99,1%
O tipo de apoio social é de bolsa trabalho	2.760	103.095	105.855	2,6%	97,4%	18.812	1.337.029	1.355.841	1,4%	98,6%
O tipo de apoio social é de material didático	98	105.757	105.855	0,1%	99,9%	3.972	1.351.869	1.355.841	0,3%	99,7%
O tipo de apoio social é de moradia	3.515	102.340	105.855	3,3%	96,7%	17.942	1.337.899	1.355.841	1,3%	98,7%
O tipo de apoio social é de transporte	668	105.187	105.855	0,6%	99,4%	57.741	1.298.100	1.355.841	4,3%	95,7%
Recebe bolsa/remuneração pela atividade de formação complementar de estágio não obrigatório	2.842	103.013	105.855	2,7%	97,3%	23.517	1.332.324	1.355.841	1,7%	98,3%
Recebe bolsa/remuneração pela atividade de formação complementar de extensão	1.136	104.719	105.855	1,1%	98,9%	16.756	1.339.085	1.355.841	1,2%	98,8%
Recebe bolsa/remuneração pela atividade de formação complementar de monitoria	882	104.973	105.855	0,8%	99,2%	18.887	1.336.954	1.355.841	1,4%	98,6%
Recebe bolsa/remuneração pela atividade de formação complementar de pesquisa	2.569	103.286	105.855	2,4%	97,6%	31.365	1.324.476	1.355.841	2,3%	97,7%

Fonte: INEP, microdados do Censo da Educação Superior 2010

Tabulações: LAESER

Nota: Foram computados apenas os ingressantes que entraram em 2010 em cursos de graduação presencial mediante processo seletivo

Para as demais modalidades de apoio social passíveis de serem prestadas a discentes, a proporção de alunos ingressantes, tanto cotistas quanto não cotistas se manteve sempre abaixo de 1,0%. A maior parte delas se relacionavam a bolsa ou remuneração por algum tipo de atividade exercida no âmbito acadêmico.

Dentre os cotistas, a proporção daqueles que recebiam bolsa por atividade de estágio não obrigatório era de 0,6% (266 ingressantes). Dos que possuíam benefício por atividade de extensão, 0,5% (241 ingressantes), e daqueles que recebiam bolsa por monitorias, 0,2% (90 ingressantes).

Para os não cotistas ingressantes, os números relativos de tais modalidades de apoio seguiam igualmente baixos: 0,4% (1.631 ingressantes) para a remuneração por estágio não obrigatório; 0,5% (1.974 ingressantes) por bolsa de extensão e 0,4% (1.307 ingressantes) para bolsas de monitoria.

O apoio para material didático foi a modalidade de apoio menos frequente para alunos ingressantes em 2010: apenas 0,1% dos cotistas (31 ingressantes) e

0,3% dos não cotistas (1.008 novos ingressantes) o recebiam.

## 2.b. Assistência estudantil para o total de alunos matriculados

Em 2010, o Brasil possuía um total de 1.461.691 alunos matriculados em uma IES. Destes, apenas 7,2% (105.855) haviam entrado no ensino superior por meio de algum tipo de reserva de vaga, e somente 12,0% do total de alunos (175.692) eram beneficiários de apoio social, fossem estes cotistas ou não.

Ao se analisar a assistência estudantil para o total de alunos das IES do Brasil, notou-se que as proporções de alunos que recebiam os diversos tipos de apoio social tendiam a aumentar em relação aos valores dos alunos ingressantes.

Do total de estudantes que ingressaram por meio de reserva de vagas, 22,5% (23.824) acessavam algum tipo de benefício social. Para os não cotistas, este valor relativo caía pela metade, alcançando 11,2% dos estudantes, ainda que em valores absolutos os mesmos

representassem mais de seis vezes o número total de cotistas beneficiados (151.868).

Contudo, a ordem de frequência com que cada modalidade de assistência estudantil aparecia praticamente não se alterou. Ou seja, o apoio social para alimentação, por exemplo, continua sendo o mais frequentemente prestado aos estudantes cotistas, ocorrendo em 10,2% dos casos (10.808), enquanto o apoio por meio de material didático continua sendo inexpressivo: somente 0,1% (98) dos cotistas o recebem.

Em 2010, a bolsa permanência era concedida a 10,0% dos discentes cotistas (10.568), o auxílio à moradia a 3,3% deles (3.515) e a bolsa por estágio não obrigatório a 2,7% dos cotistas (2.842). A bolsa trabalho era concedida a apenas 2,6% dos cotistas (2.760) e remunerações por atividade de pesquisa, a 2,4% (2.569). Já o apoio através de bolsa de extensão ou por monitoria eram levadas a, respectivamente, 1,1% (1.136) e 0,8% (882) dos cotistas.

Para os não cotistas, 8,5% (115.029) dos alunos recebiam auxílio para a alimentação, enquanto somente 0,9% (12.741) o possuíam sob a forma de bolsa permanência. Este último dado diverge consideravelmente do apresentado para os alunos cotistas (de 10,0%) e se mostra diferente até mesmo da informação sobre os alunos ingressantes. Vale lembrar que para os novos estudantes não cotistas, o recebimento de bolsa permanência era de 6,9% em 2010.

Assim como no caso dos alunos ingressantes, observou-se que, para a totalidade dos alunos, novamente aos não cotistas era prestada maior assistência no que se refere ao transporte: 4,3% (57.741) dos alunos eram beneficiados. Já 2,3% (31.365) dos não cotistas recebem bolsa por atividade de pesquisa; 1,7% (23.517) por estágio não obrigatório; 1,4% (18.887) por monitoria e 1,2% (16.756) por atividade de extensão. A bolsa trabalho era concedida a 1,4% (18.812) dos discentes não cotistas; enquanto o apoio à moradia a 1,3% (17.942) e material didático a apenas 0,3% (3.972).

### **3. Rendimento habitual médio do trabalho principal em cinco Regiões Metropolitanas brasileiras (tabelas I e II)**

Em junho de 2012, o rendimento real médio habitual do trabalho principal da PEA ocupada de ambos os sexos foi igual a R\$ 1.847,43, na RM de São Paulo; R\$ 1.749,

67, em Belo Horizonte; R\$ 1.660, 95, em Porto Alegre; R\$ 1.419, 64, em Salvador; e R\$ 1.288,14, no Recife.

Em relação a junho de 2011, o rendimento se elevou nas cinco RMs pesquisadas. A expansão real ocorreu, em ordem crescente, em Recife (13,4%), Belo Horizonte (7,2%), São Paulo (4,6%), Salvador (2,6%) e Porto Alegre (2,4%).

A RM em que a PEA branca de ambos os sexos auferia mais elevados rendimentos em junho de 2012 era Salvador (R\$ 2.651, 02), seguida de Belo Horizonte (R\$ 2.447,48), São Paulo (R\$ 2.156,50), Recife (R\$ 1.840,09) e Porto Alegre (R\$ 1.733,82).

O mais expressivo aumento de rendimento da PEA branca em relação a junho de 2011 ocorreu na RM de Recife: 17,6%. Em igual período, o rendimento também cresceu nas RMs de Belo Horizonte (5,0%), São Paulo (3,0%) e Porto Alegre (1,9%). Apenas em Salvador os trabalhadores brancos de ambos os sexos experimentaram queda de rendimento, da ordem de 2,8%.

Na RM de Belo Horizonte, o rendimento da PEA preta & parda de ambos os sexos foi igual a R\$ 1.292,82, em junho de 2012. Este foi o mais elevado rendimento verificado dentre as cinco RMs pesquisadas naquele mesmo mês para este grupo de cor ou raça. Do mais alto rendimento para o mais baixo da PEA preta & parda, apareciam naquela data Salvador (R\$ 1.210,64), São Paulo (R\$ 1.197,21), Porto Alegre (R\$ 1.152,07) e Recife (R\$ 1.024,42).

Em comparação a junho de 2011, houve variação real positiva de rendimento para a PEA preta & parda em todas as regiões pesquisadas. Em ordem decrescente, as elevações foram verificadas em Belo Horizonte (14,0%), Recife (12,0%), Salvador (5,9%), São Paulo (5,0%) e Porto Alegre (3,7%).

O rendimento real habitual dos homens brancos se elevou expressivamente na RM de Recife quando comparado a junho de 2011: 26,2%. No mesmo intervalo, também ocorreu variação positiva, ainda que de magnitude bem menor, nas RMs de Porto Alegre (2,9%), São Paulo (2,1%) e Belo Horizonte (1,1%). Em Salvador, a PEA masculina branca experimentou queda de rendimento de 9,2%.

Na comparação anual, as trabalhadoras brancas obtiveram variação positiva no rendimento em todas



as cinco RMs. Ela foi de 12,6% em Belo Horizonte, 7,4% em Salvador, 4,7% em Recife, 4,3% em São Paulo e 0,9% em Porto Alegre.

A PEA preta & parda masculina auferiu aumento de rendimento em todas as RMs, com exceção de Porto Alegre. Naquela região houve queda de 1,6% na comparação com junho de 2011. Observou-se variações anuais positivas para homens desse grupo de cor ou raça em Belo Horizonte (15,6%), Recife (11,7%), Salvador (6,9%) e São Paulo (3,2%).

O rendimento das trabalhadoras pretas & pardas se elevou nas cinco RMs pesquisadas, assim como no caso das trabalhadoras brancas. As elevações foram de 14,0% em Belo Horizonte, 12,0% em Recife, 5,9% em Salvador, 5,0% em São Paulo e 3,7% em Porto Alegre.

Em junho de 2012, a desigualdade de rendimento entre a PEA branca e a preta & parda de ambos os sexos alcançou 119,0% na RM de Salvador. Da mais desigual para a menos, as assimetrias seguiram elevadas na RM de Belo Horizonte (89,3%), São Paulo (80,1%), Recife (79,6%) e Porto Alegre (50,5%).

À exceção de Recife, onde as assimetrias de cor ou raça se elevaram em 8,5 pontos percentuais, houve queda nas desigualdades de todas as demais RMs quando comparadas a junho de 2011. A redução foi de 19,6 pontos percentuais em Salvador; 16,3 pontos percentuais em Belo Horizonte; 3,5 pontos percentuais em São Paulo, e 2,7 pontos percentuais em Porto Alegre.

Entre os homens, a desigualdade mais elevada em junho de 2012 também foi verificada em Salvador: 115,9% favorável aos homens brancos, apesar da queda nas assimetrias dessa RM de 38,1 pontos percentuais em relação a junho de 2011.

Para os homens residentes em Belo Horizonte, a desigualdade nos rendimentos diminuiu 27,9 pontos percentuais em relação a junho de 2011, alcançando 95,3% em junho de 2012, favoravelmente aos homens brancos. A assimetria também se reduziu para os trabalhadores do sexo masculino de São Paulo, em 2,0 pontos percentuais, chegando a 84,5% em junho de 2012.

Houve elevação das desigualdades de cor ou raça para os homens de Recife da ordem de 22,9 pontos percentuais, de maneira que a assimetria alcançou

99,4% em junho de 2012. Elas também se expandiram em Porto Alegre, onde cresceram 6,7 pontos percentuais entre junho de 2011 e junho de 2012, atingindo 53,1%.

Em junho de 2012, as mulheres brancas auferiram rendimentos superiores às pretas & pardas em todas as RMs, de maneira que, da maior para a menor desigualdade, apareciam Salvador (124,5%), Belo Horizonte (84,1%), São Paulo (76,1%), Recife (57,4%) e Porto Alegre (44,3%).

Houve queda nas assimetrias, em relação a junho de 2011, entre as trabalhadoras dos dois grupos de cor ou raça para as RMs de Porto Alegre (19,8 pontos percentuais), Recife (13,0 pontos percentuais) e São Paulo (6,8 pontos percentuais). Por outro lado, as desigualdades se elevaram nas RMs de Salvador (5,2 pontos percentuais) e de Belo Horizonte (1,5 pontos percentuais).

#### **4. Taxa de desemprego aberto em cinco Regiões Metropolitanas brasileiras (tabelas III e IV)**

Em junho de 2012, a taxa de desemprego da PEA de ambos os sexos foi igual a 7,9%, na RM de Salvador. Em ordem decrescente, as taxas de desemprego mais elevadas apareciam em São Paulo (6,5%), Recife (6,3%), Belo Horizonte (4,5%) e Porto Alegre (4,0%).

Em relação a junho de 2011, o indicador declinou 2,3 pontos percentuais em Salvador; 0,8 ponto percentual em Porto Alegre, e 0,1 ponto percentual para as RMs de São Paulo e de Belo Horizonte. Em igual período, houve elevação de 0,2 ponto percentual da taxa de desemprego no Recife.

Também em junho de 2012, a taxa de desemprego da PEA branca de ambos os sexos foi de 5,6% em São Paulo; 5,4% em Recife; 4,4% em Belo Horizonte; 3,8% em Salvador, e 3,6% em Porto Alegre.

Em relação a junho de 2011, observou-se queda de 4,0 pontos percentuais em Salvador; 1,0 ponto percentual em Porto Alegre; 0,2 ponto percentual em São Paulo, e 0,1 ponto percentual em Recife. Verificou-se ligeiro aumento de 0,1 ponto percentual no indicador da RM de Belo Horizonte.

Para o grupo dos pretos & pardos de ambos os sexos,

a taxa de desemprego foi igual a 8,6% em Salvador; 8,2% em São Paulo; 6,8% em Recife e Porto Alegre, e 4,5% em Belo Horizonte. Tais valores representam quedas da magnitude de 2,3 pontos percentuais em Salvador, e 0,3 pontos percentuais em Belo Horizonte. Contudo, em Porto Alegre, Recife e São Paulo, o indicador sofreu elevações de, respectivamente, 0,7; 0,4 e 0,2 ponto percentual.

Em junho de 2012, verificou-se o tradicional movimento da taxa de desemprego das mulheres ser maior que a dos homens, com destaque para o indicador das mulheres pretas & pardas, sempre mais elevado que o de todos os demais grupos de cor ou raça e sexo.

Entre junho de 2011 e junho de 2012, a taxa de desemprego dos homens brancos caiu nas RMs de Salvador (3,1 pontos percentuais), São Paulo (0,4 pontos percentuais) e Porto Alegre (0,4 pontos percentuais). Em um movimento contrário, o mesmo indicador se elevou em 0,3 pontos percentuais em Recife e Belo Horizonte.

Já as mulheres brancas experimentaram redução na sua taxa de desemprego em todas as RMs. A queda foi igual a 5,0 pontos percentuais em Salvador; 1,6 pontos percentuais em Porto Alegre; 0,4 ponto percentual em Recife e 0,1 ponto percentual em Belo Horizonte e em São Paulo.

A taxa de desemprego da PEA preta & parda masculina declinou em Salvador (1,9 pontos percentuais) e em Belo Horizonte (0,1 ponto percentual). Houve aumento do indicador nas RMs de São Paulo (0,7 ponto percentual), Porto Alegre (0,2 ponto percentual) e Recife (0,1 ponto percentual).

As mulheres pretas & pardas obtiveram declínio da taxa de desemprego em Salvador (2,4 pontos percentuais), Belo Horizonte (0,5 ponto percentual) e São Paulo (0,5 ponto percentual). Já nas RMs de Porto Alegre e Recife, verificou-se elevação no indicador das mulheres de tal grupo de cor ou raça de, respectivamente, 1,0 e 0,7 ponto percentual.

## Tempo em Curso

### Elaboração escrita

Prof. Marcelo Paixão e Elisa Monçores

### Pesquisadora assistente

Elisa Monçores

### Colaboradora

Irene Rossetto Giaccherino

### Bolsistas de iniciação científica

Guilherme Câmara  
Hugo Saramago

### Revisão de texto e copidesque

Alana Barroco Vellasco Austin

### Editoração

Erlan Carvalho

### Apoio

Fundação Ford



FORDFOUNDATION

### Equipe LAESER / IE / UFRJ

### Coordenação Geral

Prof. Marcelo Paixão

### Pesquisadores Assistentes

Prof. Cleber Lázaro Julião Costa  
Elaine Carvalho  
Elisa Alonso Monçores  
Sandra Machado

### Colaboradores

Prof. a Azoilda Loretto  
Irene Rossetto Giaccherino  
Prof. José Jairo Vieira

### Bolsistas de iniciação científica

Bianca Carrasco — (Fundação Ford)  
Danielle Oliveira — (Fundação Ford)  
Guilherme Câmara — (Fundação Ford)  
Hugo Saramago — (PIBIC – CNPq)  
Iuri Viana (PIBIC – CNPq)

### Pesquisa “Acesso dos empreendedores afro-brasileiros ao sistema de crédito”

Ricardo Mello – Coordenação executiva  
Anderson Oriente – Coordenação da pesquisa de campo, Rio de Janeiro / RJ  
Rafael Rodrigues – Coordenação da pesquisa de campo, Salvador / BA

### Assistente de coordenação

Prof.a Elizete Menegat

### Secretária

Luisa Maciel



## Síntese estatística: indicadores representativos sobre desigualdades de cor ou raça no mercado de trabalho brasileiro

**Tabela I. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada, cinco Regiões Metropolitanas, Brasil, jun / 11 (em R\$, jun / 12 - INPC)**

	Recife	Salvador	Belo Horizonte	São Paulo	Porto Alegre
<b>Homens Brancos</b>	1.803,09	3.310,04	2.934,78	2.394,38	1.916,74
<b>Mulheres Brancas</b>	1.305,56	2.094,89	1.670,26	1.739,26	1.443,84
<b>Brancos</b>	<b>1.564,50</b>	<b>2.726,41</b>	<b>2.330,41</b>	<b>2.093,74</b>	<b>1.701,08</b>
<b>Homens Pretos &amp; Pardos</b>	1.021,74	1.303,07	1.314,91	<b>1.283,98</b>	1.308,96
<b>Mulheres Pretas &amp; Pardas</b>	766,11	955,44	914,71	<b>950,96</b>	879,72
<b>Pretos &amp; Pardos</b>	<b>914,49</b>	<b>1.142,67</b>	<b>1.133,64</b>	<b>1.140,17</b>	<b>1.110,45</b>
<b>PEA Total</b>	<b>1.135,80</b>	<b>1.383,40</b>	<b>1.632,00</b>	<b>1.766,00</b>	<b>1.622,20</b>

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

**Tabela II. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada, cinco Regiões Metropolitanas, Brasil, jun / 12 (em R\$, jun / 12 - INPC)**

	Recife	Salvador	Belo Horizonte	São Paulo	Porto Alegre
<b>Homens Brancos</b>	2.275,81	3.006,87	2.968,28	2.444,47	1.971,48
<b>Mulheres Brancas</b>	1.366,65	2.249,32	1.880,20	1.814,75	1.456,79
<b>Brancos</b>	<b>1.840,09</b>	<b>2.651,02</b>	<b>2.447,48</b>	<b>2.156,50</b>	<b>1.733,82</b>
<b>Homens Pretos &amp; Pardos</b>	1.141,48	1.392,78	1.519,99	<b>1.324,79</b>	1.287,75
<b>Mulheres Pretas &amp; Pardas</b>	868,12	1.001,94	1.021,10	<b>1.030,26</b>	1.009,70
<b>Pretos &amp; Pardos</b>	<b>1.024,42</b>	<b>1.210,64</b>	<b>1.292,82</b>	<b>1.197,21</b>	<b>1.152,07</b>
<b>PEA Total</b>	<b>1.288,14</b>	<b>1.419,64</b>	<b>1.749,67</b>	<b>1.847,93</b>	<b>1.660,95</b>

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

**Tabela III. Taxa de desemprego aberto da PEA residente, cinco Regiões Metropolitanas, Brasil, jun / 11 (em % da PEA total)**

	Recife	Salvador	Belo Horizonte	São Paulo	Porto Alegre
<b>Homens Brancos</b>	4,3	6,5	3,7	5,0	3,5
<b>Mulheres Brancas</b>	6,7	9,2	4,8	6,8	5,8
<b>Brancos</b>	<b>5,5</b>	<b>7,8</b>	<b>4,3</b>	<b>5,8</b>	<b>4,6</b>
<b>Homens Pretos &amp; Pardos</b>	5,5	7,9	3,5	<b>6,4</b>	4,5
<b>Mulheres Pretas &amp; Pardas</b>	7,7	13,7	6,3	<b>10,1</b>	7,9
<b>Pretos &amp; Pardos</b>	<b>6,4</b>	<b>10,7</b>	<b>4,8</b>	<b>8,0</b>	<b>6,1</b>
<b>PEA Total</b>	<b>6,1</b>	<b>10,2</b>	<b>4,6</b>	<b>6,6</b>	<b>4,8</b>

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

**Tabela IV. Taxa de desemprego aberto da PEA residente, cinco Regiões Metropolitanas, Brasil, jun / 12  
(em % da PEA total)**

	Recife	Salvador	Belo Horizonte	São Paulo	Porto Alegre
<b>Homens Brancos</b>	4,6	3,4	4,0	4,6	3,1
<b>Mulheres Brancas</b>	6,3	4,2	4,7	6,7	4,2
<b>Brancos</b>	<b>5,4</b>	<b>3,8</b>	<b>4,4</b>	<b>5,6</b>	<b>3,6</b>
<b>Homens Pretos &amp; Pardos</b>	5,6	6,0	3,4	<b>7,1</b>	4,7
<b>Mulheres Pretas &amp; Pardas</b>	8,4	11,3	5,8	<b>9,6</b>	8,9
<b>Pretos &amp; Pardos</b>	<b>6,8</b>	<b>8,6</b>	<b>4,5</b>	<b>8,2</b>	<b>6,8</b>
<b>PEA Total</b>	<b>6,3</b>	<b>7,9</b>	<b>4,5</b>	<b>6,5</b>	<b>4,0</b>

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).